

Resolução 9 – Mulheres Trans

Para possibilitarmos que nossa Setorial de Mulheres se configure num instrumento que combata o patriarcado em todas as suas formas de expressão:

1) Obrigatoriedade de participação de mulheres trans/travestis na Setorial Nacional de Mulheres do PSOL. A quantidade deve ser, no mínimo, de 15% ao número total ou de 2 pessoas. Não podemos aceitar que se coloque apenas uma companheira trans na Setorial Nacional, com riscos de virar um token do partido ou de ficar isolada politicamente numa setorial em que não há nenhuma mulher igual a si.

2) Que a Setorial faça formação contínua sobre trans/trafeminismo e tenha como horizonte construir figuras transfeministas a nível nacional/internacional.

3) Que as setoriais de mulheres do PSOL, em todo o Brasil, reconheçam a validade das experiências de mulheres trans e travestis enquanto formas de mulheridade. Assim, que não invisibilizem nossos corpos e nossas pautas na formulação de política geral para o partido, como, por exemplo, no que diz respeito à promoção e defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.

4) Que a Setorial reconheça que não é possível representar o conjunto das mulheres exploradas e oprimidas pelo capitalismo-patriarcado-racismo, sem que debata de forma séria e democrática a questão da prostituição. Tal debate necessariamente deve estar aberto às contribuições das putafeministas e se dirigir ao caminho da defesa de direitos, da autonomia e das vidas das trabalhadoras do sexo.

4.1) O PSOL deve reconhecer a legitimidade da auto-organização das prostitutas, defendendo este direito de toda categoria profissional.

5) Que a Setorial de Mulheres do PSOL faça uma campanha nacional que vise desconstruir a ideia de ideologia de gênero como tática dos movimentos LGBT, trans e feminista induzirem crianças a mudarem suas formas de ser e de se expressar. Contra a escola sem partido, por uma escola pública, laica, de qualidade e que forme cidadãos aptos para a convivência com as diversidades.

6) A Setorial de Mulheres do PSOL deve se comprometer na luta contra o ataque às políticas de prevenção ao HIV/AIDS perpetrado pelo Governo Bolsonaro.

7) Que a Setorial se some à luta pela inclusão dos quesitos “identidade de gênero” e “orientação sexual” nos censos demográficos realizados pelo Estado.

8) Que a Setorial se some à luta pela criminalização da transfobia, da lesbofobia, da bifobia e da homofobia. Reconheça, STF!

9) Que a Setorial de Mulheres combata a violência patriarcal que acomete todes aqueles que não se enquadrem em seus ditames cisnormativos,

misóginos, falocêntricos e binaristas. Devemos ser um organismo atento e aberto para as reivindicações dos homens transgêneros e das pessoas não binárias.

10) Que a Setorial de Mulheres do PSOL reconheça que a vasta maioria das mulheres trans e das travestis são parte da classe trabalhadora, sendo estas majoritariamente submetidas às categorias mais precarizadas de trabalho na sociedade brasileira. Uma parcela significativa das mulheres trans e das travestis, especialmente as negras e periféricas, quando não estão em situação de prostituição e/ou situação de miséria e de rua, se encontram exploradas em trabalhos informais e invisibilizados, em casos muitas vezes análogos à escravidão moderna. Desta forma, a discussão sobre transgeneridade deve ser inserida em todos os debates macroeconômicos de direitos trabalhistas, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

11) Que a Setorial de Mulheres lute pela desburocratização e pela isenção das taxas cobradas pelos cartórios para retificação de nome e/ou gênero no registro civil quando se tratar de pessoas trans/travestis.

12) Que todos representantes eleitos do PSOL se comprometam a apresentar propostas de promoção da empregabilidade para pessoas trans/travestis, bem como para o combate da transfobia no ambiente de trabalho.

13) Que a Setorial apoie a realização do Primeiro Encontro Nacional de Pessoas Trans do PSOL, a ser realizado em data a ser decidida futuramente.